

01 02

03

04

05

06

07

80

09

10 11

12

13

14

15

16

17

18 19

20

21

22

23

24

25

26 27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA 1.011 DO CONSELHO PLENO Sessão realizada por vídeo conferência conforme Decreto 59.283/2020

Aos dois dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um, às catorze horas, realizou-se a Sessão Plenária nº 1.011, em ambiente virtual, sob a presidência da Conselheira Teresa Roserley Neubauer da Silva (Rose Neubauer). Contou com a presença das Conselheiras Titulares Cristina Margareth de Souza Cordeiro, Emília Maria Bezerra Cipriano Castro Sanches, Karen Martins de Andrade, Maria Cecília Carlini Macedo Vaz, Marina Graziela Feldmann e Neide Cruz, e dos Suplentes Fátima Aparecida Antonio, Helena Singer, João Alberto Fiorini Filho, Luci Batista Costa Soares de Miranda, Lucimeire Cabral de Santana, Maria Adélia Gonçalves Ruotolo, Silvana Lucena dos Santos Drago e Vera Lucia Wey. No Expediente da Presidência, a Conselheira Rose Neubauer deu boas-vindas a todos e justificou ausência das Conselheiras Titulares Fátima Cristina Abrão e Sueli Aparecida de Paula Mondini, registrando os Suplentes João Alberto Fiorini Filho e Silvana Lucena dos Santos Drago, respectivamente, no exercício da titularidade. Colocou em discussão a Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 1.010, de 26.08.2021, que foi aprovada. Na sequência informa que esteve, junto com a Conselheira Sueli Mondini, em reunião sobre o Novo Ensino Médio na SME, discutindo os estudos da Comissão Temporária CME sobre o assunto e, provavelmente, na próxima semana, apresentarão ao Pleno minuta de Resolução para o Ensino Médio a partir de 2022. Em seguida, a Presidente Conselheira Rose Neubauer passa à Ordem do Dia: 1) Exposição sobre os itens do Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021 - Todos Pela Educação. A Presidente Conselheira Rose Neubauer diz que farão uma apreciação das diferentes partes do Anuário, continuando a discussão iniciada na Sessão do Pleno da semana passada. Passa a palavra para as Presidentes das Câmaras, Conselheiras Emília Cipriano e Karen Andrade, para que coordenem as apresentações. A Conselheira Emília Cipriano inicia a apresentação, elaborada em conjunto com a Conselheira Cristina Cordeiro, intitulada "Sistema Escolar Brasileiro na Educação Infantil", contextualizando as conquistas da Educação Infantil a partir da consideração na LDB de ser essa a primeira etapa da Educação Básica, a história e ações da modalidade na Rede Municipal de São Paulo e as diretrizes nacionais de Educação Infantil. A meta no Plano Nacional de Educação — PNE é universalizar, até 2016, a Educação Infantil na Pré-Escola para as crianças de 4 e 5 anos e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência do PNE. Sobre as desigualdades sociais, por exemplo, o percentual de crianças pertencentes aos domicílios que estão no quartil mais baixo de renda matriculadas nas creches passou de 29,2%, em 2018, para 27,8%, em 2019, enquanto, para aquelas situadas no quartil mais alto de renda, o salto foi de 51%, em 2018, para 54,3%, em 2019. Nesse cenário, destaca-se o patamar da região Nordeste, que alcançou uma taxa de 96,7% no grupo de 4 e 5 anos, a maior do país. Em seguida, trata do número de crianças fora da escola no Brasil em 2019, sendo 6.599.982 crianças de 0 a 3 anos, e 316.453 crianças de 4 e 5 anos. 54,3% das crianças de 0 a 3 anos pertencentes aos domicílios mais ricos estão matriculadas em creches, enquanto apenas 27,8% das crianças mais pobres

38

39

40 41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

frequentam a escola. 99,1% é a taxa de atendimento de crianças de 4 e 5 anos na pré-escola no Piauí, enquanto no Amapá essa proporção é de apenas 75,1%. Por fim, apresenta gráficos sobre o acesso à creche, que é relativamente baixo na zona rural e entre os mais pobres, e gráficos sobre o aumento da proporção de crianças matriculadas em creches que está em ritmo mais acelerado do que nas pré-escolas, e conclui, citando Gabriela Mistral: "Para elas [as crianças] não podemos dizer 'amanhã': seu nome é 'hoje'". Continuando as exposições, a Conselheira Luci Batista projeta em tela a discussão sobre o Ensino Fundamental, iniciando com a meta do PNE para a modalidade que é universalizar o Ensino Fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do PNE. Em 2019 houve avanço no acesso, com 99,7% das crianças e jovens de 6 a 14 anos na escola. O desafio é a permanência e a defasagem idade-série. Além da frequência às aulas, é preciso garantir que as crianças e jovens concluam o Ensino Fundamental na idade recomendada, e em 2019 havia 88,6 mil crianças e jovens de 6 a 14 anos fora da escola. O sistema escolar brasileiro reproduz diversas desigualdades sociais, e concluem o Ensino Fundamental apenas 69,1% dos jovens de 16 anos com renda mais baixa, enquanto entre os mais ricos concluem 95,1%; em áreas rurais 67,6% dos jovens concluem o Ensino Fundamental, enquanto nas áreas urbanas 80,6%. Em 2019, 78,4% concluíram esta etapa de ensino. Por fim, a Conselheira Luci Batista apresenta alguns gráficos sobre a taxa de atendimento, demonstrando que, ao longo da década, o acesso à escola por crianças de 6 a 14 anos foi praticamente universalizado, com taxa líquida de matrícula de 98% das crianças e jovens matriculados no Ensino Fundamental. Na sequência, a Conselheira Karen Andrade inicia a discussão sobre o Ensino Médio, cuja meta do PNE é universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas na modalidade para 85%. Projeta em tela o gráfico com a porcentagem de jovens de 15 a 17 anos matriculados no Ensino Médio no Brasil, demonstrando que o acesso da população jovem, que já foi cerca de 50% no início dos anos 2000, tem crescido de forma contínua desde 2012, atingindo 71,1% em 2019. Sobre as desigualdades sociais, 61,8% dos jovens de 15 a 17 anos que pertencem aos 25% mais pobres estão matriculados no Ensino Médio, enquanto essa proporção é de 90,8% entre os 25% mais ricos. Faz então um recorte sobre o acesso ao Ensino Médio por Unidades da Federação, com destaque para o estado de São Paulo que, em 2020, tinha 87% de jovens de 15 a 17 anos matriculados nesta etapa de ensino, enquanto a média no Brasil é 75,4%. Sobre os jovens de 15 a 17 anos que não concluíram o Ensino Médio, a parcela que não estudam e não concluíram a etapa era de 674,8 mil em 2019, 7,6% desses jovens, com 71% no Ensino Médio Regular e 21,2% ainda no Ensino Fundamental. Passando para os jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio, o Brasil partiu de 51,7%, em 2012, para 69,4% em 2020, com destaque mais uma vez para o estado de São Paulo, que partiu de 66,5%, em 2012, para 86,5%, em 2020. Para concluir, a **Conselheira Karen Andrade** cita a Prof^a. Maria Tereza Rangel: "'chegar', 'alcançar', 'subir', 'crescer' são verbos que realizam o sentido de 'ser alguém' em uma variedade cujo vetor aponta para o alto. Diferentemente da horizontalidade, inclinada à igualdade, a verticalidade busca a distinção. Ser alguém, portanto, também significa distinguirse, diferenciar-se do meio social em que o sujeito se encontra, afirmando uma mobilidade que

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

dê acesso à realização dos sonhos, dos objetivos, dos planos assentados na estabilidade...". Em seguida, a Conselheira Silvana Drago apresenta a discussão sobre Educação Inclusiva, que elaborou em conjunto com a Conselheira Sueli Mondini, comentando que há ausência de alguns pontos no Anuário. A meta 4 do PNE é universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. As matrículas na Educação Básica quase duplicaram, passando de 702,6 mil, em 2010, para 1,3 milhão, em 2020, sendo a maior parte no Ensino Fundamental (78,3%), com pouca expressividade na Educação Infantil, Ensino Médio e Educação Profissional. Ao mesmo tempo, a porcentagem de alunos matriculados em classes comuns aumentou de 68,9%, em 2010, para 88,1%, em 2020, predominantemente em escolas públicas. 100% dos alunos estão matriculados em classes comuns no Acre, em Roraima, no Rio Grande do Norte e no Espírito Santo, e no Paraná essa porcentagem é de apenas 59,1%. Os dados referem-se apenas a quem já está na escola, não sendo possível avaliar de forma mais ampla o acesso à Educação Básica para essa população, e ainda não constam dados de matrícula na Educação de Jovens e Adultos. Os dados disponíveis no Censo Demográfico do IBGE não oferecem informações suficientes para acompanhar o efetivo atendimento das crianças e dos jovens com deficiência, TGD ou AH/superdotação, e faz uma análise a partir dos dados do Brasil, estado de São Paulo e município de São Paulo, apontando os problemas do Censo Demográfico de 2010, com nota técnica do IBGE a respeito e revisão dos dados que mostravam distorções nos números. Além disso, a falta de acessibilidade se configura barreira de acesso e permanência na escola, com trecho do Anuário específico sobre infraestrutura: banheiro adequado ao uso dos alunos com deficiência, 63,3% das escolas da zona urbana o possuem, e na zona rural essa porcentagem é de apenas 31,2%; dependências e vias com acessibilidade eram 22,2%, em 2010, e passam para 68%, em 2020; Salas de Recursos Multifuncionais - SRM eram 12,5%, em 2010, e avançam para 28,3%, em 2020. O índice de menor frequência à escola se refere aos estudantes que apresentam dificuldade permanente de caminhar (74% a 79%) e com deficiência mental/intelectual permanente (65% a 76%), fato que está diretamente associado aos dados de acessibilidade. Em 2018, apenas 25,3% das escolas com matrículas de alunos da Educação Especial eram acessíveis. Quanto ao Atendimento Educacional Especializado — AEE, o Brasil partiu do percentual de 20,3%, em 2009, para 37,6%, em 2017, configurando baixo atendimento por não haver política que proporcione avanços nesse atendimento. Houve aumento também na porcentagem de alunos com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns, saindo de 68,9%, em 2010, para 88,1%, em 2020, com destaque para a Região Nordeste que atingiu o atendimento de 97,2% em 2020. Em resumo, os avanços foram na expansão de matrículas de estudantes público-alvo da Educação Especial nas salas de aula comuns, mas algumas ações precisam ser revistas, tais como a formação dos professores e a oferta de recursos. Passando para a Alfabetização até 8 anos, a Conselheira Fátima Antonio projeta em tela apresentação que elaborou com a Conselheira Sueli Mondini que trata da meta 5 do PNE: alfabetizar todas as

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental. A meta causou muita controvérsia, mas foi um marco importante para a organização de estados e municípios, que gerou o Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa – PNAIC. Os resultados das avaliações mais recentes da Avaliação Nacional da Alfabetização - ANA, realizados em 2014 e 2016, evidenciam que as dificuldades de aprendizagem das crianças brasileiras começam cedo, e que o Brasil não consegue alfabetizar adequadamente a maioria da população dessa faixa etária. Em 2016, menos da metade dos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental alcançou os níveis de proficiência suficientes, com 45,3% em Leitura e 45,5% em Matemática. O Anuário demonstra a influência do nível socioeconômico nesses números, mostrando com clareza que, mesmo nos anos iniciais da trajetória escolar, as diferenças socioeconômicas são marcantes e impactam o desempenho dos estudantes. Em 2016, somente 23,4% dos alunos de nível socioeconômico muito baixo e baixo apresentavam nível suficiente em Leitura, proporção quase três vezes menor do que ao do grupo de nível socioeconômico alto e muito alto (68,2%). Somente 24,8% das crianças de nível socioeconômico muito baixo e baixo situavam-se no patamar de proficiência suficiente em Matemática, enquanto 68,6% dos alunos do nível socioeconômico alto e muito alto alcançavam a mesma condição. Às desigualdades socioeconômicas somam-se as disparidades regionais, e a Conselheira Fátima Antonio projeta tabela da porcentagem de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental no nível suficiente de alfabetização em Leitura, Escrita e Matemática por Regiões do Brasil, com destaque para as Regiões Sul e Sudeste que apresentam melhor desempenho. Entre os alunos do 3º ano do Ensino Fundamental, aproximadamente 22% situam-se no nível mais baixo de proficiência em Leitura nas Escolas Públicas brasileiras, e 23% das crianças estão no nível 1 de proficiência em Matemática. O Anuário também apresenta dados da alfabetização no 2º ano do Ensino Fundamental em 2019, em que a proficiência dos alunos em Matemática e Língua Portuguesa também expressa os grandes desafios do sistema educacional: 17,1% dos alunos atingem os dois níveis mais altos em Matemática e 14,8% em Língua Portuguesa; e 15,5% das crianças da região Norte situam-se nos dois patamares mais baixos de proficiências em Língua Portuguesa. Apesar de a Alfabetização ter sido objeto de avaliação amostral na edição de 2019 do Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb, a indisponibilidade de dados públicos atualizados que tragam um panorama claro e abrangente da proficiência na etapa prejudica o monitoramento do cumprimento da meta e sua evolução no período, dificultando, também, o controle social necessário para a efetivação da garantia do direito à aprendizagem desde os primeiros passos da Educação formal. Na sequência dos temas do Anuário, a Conselheira Emília Cipriano projeta em tela apresentação sobre Educação Integral, documento que elaborou em conjunto com os Conselheiros Marina Feldmann e João Alberto Fiorini. O Anuário apresenta dados restritos sobre o tema, pois trataram apenas da Educação Integral em tempo integral. A proporção de Escolas Públicas de Educação Básica com matrículas em tempo integral, portanto com jornada de, no mínimo, 7 horas diárias, vem caindo desde 2016, passando de 44,6%, em 2015, para 29,5%, em 2020, com maior queda na oferta da modalidade no Ensino Fundamental, com o número de matrículas nessa etapa passando de 2,4 milhões para 1,8 milhão entre 2019 e 2020. No Ensino Médio, entretanto, a oferta de matrículas em tempo integral vem aumentando: nos últimos 10 anos, o crescimento foi de 11 pontos percentuais,

164

165166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

passando de 2,8%, em 2011, para 13,8%, em 2020, e entre 2019 e 2020 o crescimento foi de 2,1%, o que representa um acréscimo de 151,8 mil matrículas. Sobre a equidade, 3,2% das matrículas na Educação Básica do Amapá e do Pará acontecem em tempo integral, enquanto no Ceará são 26,3% das matrículas; 5,1% das matrículas na Região Norte acontecem em tempo integral, e na Região Nordeste são 14,5% das matrículas. A Conselheira Emília Cipriano projeta um gráfico demonstrando a evolução da porcentagem e total de escolas públicas de Educação Básica com pelo menos uma matrícula em tempo integral no Brasil, partindo de 2011 com 26,2%, passando por 2015 com 44,6%, e voltando em 2020 para apenas 29,5%, o que demonstra um avanço e posterior recuo na última década. Dentre as escolas que possuem matrículas em tempo integral, aquelas com mais de 75% de matrículas nessa modalidade correspondem a 41,6% do total. Observando as matrículas por etapa, o avanço nos números aconteceu substancialmente na Educação Infantil, seguido pelo Ensino Médio, enquanto o Ensino Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais recuam. O Ceará é a unidade federativa com maior proporção de matrículas em tempo integral em escolas públicas na Educação Básica e, especificamente no Ensino Médio, o destaque fica por conta de Pernambuco, estado em que 54,6% das matrículas são em tempo integral para essa modalidade. Por fim, a Conselheira Emília Cipriano ressalta a necessidade de agir imediatamente, que medidas devem começar a ser tomadas nesse pós-pandemia, dimensionando evasão e abandono provocados pela doença, pelo fechamento das escolas e pelos efeitos econômicos, com políticas públicas atuando em todos os planos já em 2021. Passando para o item Fluxo e Qualidade, a Presidente Conselheira Rose Neubauer inicia a apresentação comentando que o Anuário considera como Fluxo o rendimento, e a Qualidade o desempenho. De 2005 para 2019, observando os dados do IDEB, o Brasil partiu de 3,8, em 2005, para 5,9, em 2019 no Ensino Fundamental Anos Iniciais, com média de 5,7, acima da média mas em aceleração; no Ensino Fundamental Anos Finais, nesses 14 anos, passou de 3,5 para 4,9, avançando pouco; e no Ensino Médio parte de 3,4 em 2005, ficando estagnado até 2017, e em 2019 avança para 4,2. Em todos os resultados, a Rede Estadual de São Paulo avançou um pouco melhor que a Rede Municipal, e a Rede Privada começa a se acentuar. A taxa de distorção idade-série nos Anos Finais do Ensino Fundamental, na Região Norte, é de 31,6%, enquanto na Região Sul ela é 10 pontos percentuais menor. 0,2% é a taxa de abandono nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na Região Sul, enquanto no Nordeste essa porcentagem é muito maior: 0,9%. Em seguida, a Presidente Conselheira Rose Neubauer apresenta os gráficos com detalhamento do desempenho com base no IDEB de 2005 a 2019 em conjunto com os dados de rendimento, apontando avanço no desempenho, mas dados difíceis de melhora nos indicadores de rendimento. Comparando 2009 com 2019, a aprovação sobe, enquanto as taxas de abandono diminuem, com o Ensino Médio com as piores taxas de reprovação e abandono, que somadas representam 13,9% em 2019. Os números evidenciam que a passagem do último ano do Ensino Fundamental para o início do Ensino Médio é um desafio significativo para muitos jovens, com altos índices de reprovação e abandono tanto no 6º ano do Ensino Fundamental quanto no 1º ano do Ensino Médio. Passando para as taxas de distorção idade-série, houve uma significativa queda de 2009 a 2020, mas ainda revela a porcentagem de alunos com dois anos ou mais de atraso em relação à série/ano que deveriam estar cursando, muito elevadas

nos Anos Finais do Ensino Fundamental e em todo o Ensino Médio. Sobre o IDEB, a Presidente Conselheira Rose Neubauer projeta a tabela comparativa de modalidade de ensino por Unidade da Federação de 2005 a 2019, com destaque para o estado de São Paulo que possui os maiores indicadores. Sobre rendimento, apresenta tabela comparativa com taxas de aprovação, reprovação e abandono de todas as Unidades da Federação por modalidade de ensino, com destaque mais uma vez para o estado de São Paulo. Apresenta tabela de distorção 212 idade-série por Unidades da Federação e tabela do SAEB com porcentagem de alunos com aprendizagem adequada. Em seguida, apresenta gráficos comparando a Rede Privada com a Rede Pública quanto aos resultados do SAEB, com distanciamento significativo; gráficos de avanços por Unidade da Federação em Língua Portuguesa e Matemática com destaque para o estado do Ceará. Por fim, apresenta o desempenho do Brasil no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA, com indicadores da OCDE caindo e do Brasil muito abaixo destes, também caindo. Com o adiantar do horário e a necessidade de continuar a exposição sobre os itens do Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021, a Presidente Conselheira Rose Neubauer encerra a Sessão Plenária e encaminha para a 12ª Sessão Conjunta de Câmaras, agradecendo a presença e participação dos Conselheiros. A Ata foi lavrada por Mayra Regina Vidal e o comprovante de participação na teleconferência será utilizado como lista de 223 presença. São Paulo, 02 de setembro de 2021.

Sessão realizada por teleconferência por meio da plataforma Microsoft Teams, conforme Decreto Municipal nº 59.283, de 16/03/2020 (Artigo 12, Inciso I)

SESSÃO DO CONSELHO PLENO **REUNIÃO DO DIA 02/09/2021**

Horário: 14h

PRESENÇA DOS CONSELHEIROS

CONSELHEIROS TITULARES:

206

207

208

209

210

211

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

- 1. Cristina Margareth de Souza Cordeiro
- 2. Emília Maria Bezerra Cipriano Castro Sanches
- 3. João Alberto Fiorini Filho (NO EXERCÍCIO DA TITULARIDADE)
- 4. Karen Martins de Andrade
- 5. Maria Cecília Carlini Macedo Vaz
- 6. Marina Graziela Feldmann
- 7. Neide Cruz (NO EXERCÍCIO DA TITULARIDADE)
- 8. Silvana Lucena dos Santos Drago (NO EXERCÍCIO DA TITULARIDADE)
- 9. Teresa Roserley Neubauer da Silva Rose Neubauer (Presidente CME)

SUPLENTES:

- 1. Fátima Aparecida Antonio
- 2. Helena Singer

- 3. Luci Batista Costa Soares de Miranda
- 4. Lucimeire Cabral de Santana

1ª Reunião da Comissão Tempo... 17/08

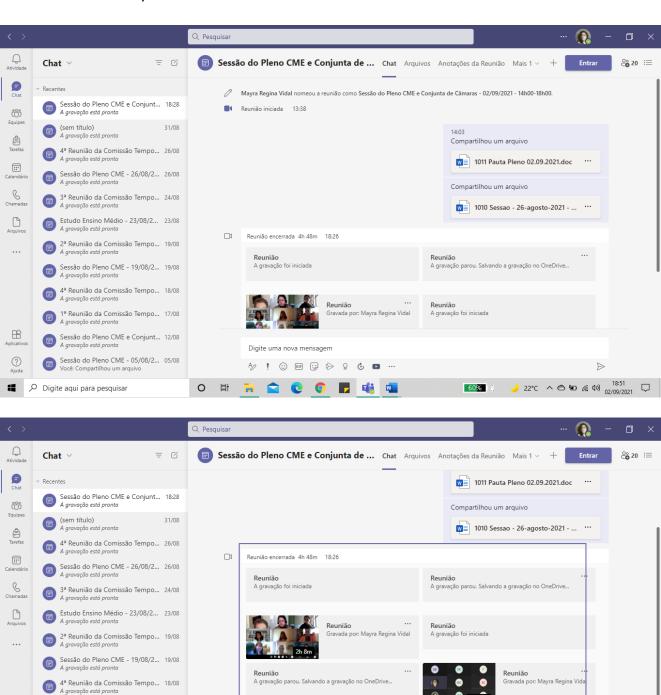
Sessão do Pleno CME e Conjunt... 12/08

Sessão do Pleno CME - 05/08/2... 05/08 Você: Compartilhou um arquiro

Digite aqui para pesquisar

?

- 5. Maria Adélia Gonçalves Ruotolo
- 6. Vera Lucia Wey



Digite uma nova mensagem

4/ ! ⊕ @ ♀ ▷ ♀ ₺ ■ …

J 22°C ∧ ♠ № (€ 4)) 18:51

60%

